



MINISTÉRIO DA
CULTURA



FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE
PERNAMBUCO

Secretaria
de Cultura



Fundação
Joaquim
Nabuco 

UPE
UNIVERSIDADE
DE PERNAMBUCO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS DOS ESTADOS DO
NORDESTE**

SELMA MARIA COELHO

**O PATRIMÔNIO MATERIAL EM ESCADA-PE:
Entre Ativações e Exclusões**

Recife
2016

SELMA MARIA COELHO

**O PATRIMÔNIO MATERIAL EM ESCADA-PE:
Entre Ativações e Exclusões**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com o Ministério da Cultura, a Fundação Joaquim Nabuco, a Universidade de Pernambuco e a Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, como requisito para obtenção do Certificado do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural.

Orientador: Prof. Eduardo Pinheiro Sarmiento

Recife
2016

SELMA MARIA COELHO

**O PATRIMÔNIO MATERIAL EM ESCADA-PE:
Entre Ativações e Exclusões**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Certificado do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural.

Aprovado em 15 de dezembro de 2016.

Dedico este trabalho ao meu querido amigo e companheiro de militância cultural de longas datas, José Luiz Minduca (in memoriam), grande ativista cultural que Escada já teve.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por me ter dado força para chegar até o final deste curso, apesar dos imprevistos.

Agradeço ao meu orientador, Eduardo Pinheiro Sarmiento, esse ser fantástico.

A Marcelo Mário de Melo, pelo encorajamento.

A Maria Fachini, por não ter me deixado desistir.

A todos os mestres deste curso e, especialmente, à Professora Isaura Botelho, por terem compartilhado conhecimentos tão importantes para a área de Gestão Cultural.

A Jeilson B. Andrade, Secretário do Curso de Aperfeiçoamento e Extensão em Gestão Cultural.

A todas as instituições envolvidas para a realização deste curso.

À Prefeitura da cidade de Escada, pela minha indicação como sua representante no curso.

A Deyse Almeida, diretora da Escola Alzira da Fonseca (GRE METRO SUL), pelo apoio.

Finalmente, agradeço a todas as energias, vindas de todos os planos, que se manifestaram ao meu favor para a conclusão deste trabalho.

Entre Ativações e Exclusões - (25 páginas) p. il. 2016. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

O presente trabalho se propôs a analisar o abandono do patrimônio cultural material em Escada PE, com foco, principalmente, no conjunto arquitetônico dos engenhos de cana de açúcar, formado pelas casas-grandes, senzalas e capelas, algumas de valor significativo para a comunidade, como o Engenho Jundiá, onde nasceu o artista Cícero Dias. Apesar dos esforços empreendidos pelos atores sociais. Discute-se também o papel dos atores sociais e os valores nas políticas de preservação, analisando-se as diferenças entre as compreensões institucionais e sociais relacionadas aos sucessivos modelos de gestão e a aplicação de políticas de salvaguarda e de preservação do patrimônio cultural. Para tratar do tema Patrimônio e Patrimonialização, buscou-se os conceitos de Pereiro (2006/2003), e a fundamentação teórica de Silva (2011). Sob este fundamento se apresenta a patrimonialização como vetor para o desenvolvimento. Há, ainda, o alinhamento ao pensamento de Anne Marie Pessis (2006), no que se refere à importância da educação patrimonial.

Palavras-chave: Patrimônio. Identidade. Preservação. Políticas Públicas. Atores Sociais.

SUMÁRIO

2	O PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DA ESCADA, ENTRE ATIVAÇÕES E EXCLUSÕES	09
2.1	AS VÁRIAS AÇÕES EMPREENDIDAS COM VISTA NO TOMBAMENTO DO ENGENHO JUNDIÁ	10
3	A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	14
4	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE ALFABETIZAÇÃO CULTURAL	15
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
	REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho traz como problema o patrimônio cultural material da cidade de Escada, com foco no conjunto arquitetônico dos engenhos de cana de açúcar, formado pelas casas-grandes, senzalas e capelas, algumas já em estado de ruínas, apesar das várias ações empreendidas pelos atores sociais com vistas à mudança dessa realidade. Algumas das construções apresentam um valor significativo para a comunidade, como é o caso do Engenho Jundiá, onde nasceu o artista Cícero Dias, considerado pelo crítico de arte Nahima Maciel (Correio Brasiliense 01/02/2003), o mais importante transfigurador da mitologia da sociedade açucareira do Nordeste do início do século XX” .

A pesquisa é de caráter descritivo, exploratório, de análise documental e revisão bibliográfica. Possui como referencial teórico o diálogo entre atores sociais, a partir do conceito de patrimônio e patrimonialização de Pereira (2003/2006) e Silva (2011), apresentando a patrimonialização como vetor do desenvolvimento. Para a educação patrimonial adotamos os conceitos de Horta (1999) e Pessis (2006).

No primeiro capítulo do trabalho são tratadas as questões referentes ao patrimônio cultural da cidade de Escada, suas ativações e exclusões, sendo questionadas as possíveis causas da indiferença dos gestores públicos e as inúmeras ações implementadas pelos atores sociais com vista ao tombamento e à preservação do patrimônio cultural local.

No segundo capítulo é abordada a importância da atuação dos atores sociais para a implementação e a efetivação de políticas públicas de salvaguarda do Patrimônio Cultural.

No terceiro capítulo se trata da importância da educação patrimonial como instrumento de mudança, conscientização da comunidade e sensibilização dos gestores públicos.

2 O PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DA ESCADA, ENTRE ATIVAÇÕES E EXCLUSÕES.

Ao longo dos anos os atores sociais locais vem se questionando do porquê da inexistência de legislação municipal para salvaguarda e a preservação do Patrimônio Cultural Material da cidade de Escada. Apesar de grande parte das edificações ter o reconhecimento dos escadenses quanto ao seu valor histórico, artístico e cultural, elas permanecem sem leis de proteção. Muitas dessas construções vêm sofrendo a ação do tempo, ao longo dos anos, uma parte encontrando-se em estado de ruína, sob a indiferença dos gestores públicos.

Verificamos que o descaso das instituições públicas é antigo, como também afirma Anne Marie Pessis (FUMDHAMENTOS – V, 2007), desde a colonização. Existem cartas de Duarte Coelho, dirigidas ao rei de Portugal, nas quais ele solicita a intervenção real para que sejam tomadas medidas que evitem a depredação no Brasil. O donatário de Pernambuco se posiciona contra a derrubada indiscriminada das matas de pau-brasil. Preocupado com a exploração indiscriminada dos recursos naturais, em 1535 escreve ao Rei, solicitando a supressão do corte de madeira numa faixa de quarenta léguas do litoral. Por não ter havido nenhuma medida em sintonia com as preocupações do donatário, supõe-se a indiferença por parte do rei. É nesse clima de devastação que tem início a formação da cidade de Escada. Localizado na Mata Sul de Pernambuco, o município foi primitivamente uma aldeia de índios das tribos Petiguares, Tabujarés e Mariquitos. A presença portuguesa na Aldeia da Escada remonta a fins do século XVI, quando religiosos franciscanos fundaram entre os Caetés uma missão (Silva, Edson Hely).

A política indigenista colonial portuguesa procurou regulamentar a utilização da mão de obra e as invasões dos territórios indígenas, dentre outras medidas, com o estímulo a um maior número de moradores não-índios e à transformação de antigas aldeias de índios em vilas, administradas em "igualdade" por indígenas e brancos, legitimando, assim, que esses últimos consolidassem as invasões às terras das aldeias em meio aos protestos e à grande resistência indígena. (UFPE – cadernos de extensão/Educação/índios, 1998).

Verifica-se que o surgimento de tantos engenhos de cana-de-açúcar, chegando a um total de **66** engenhos (MINDUCA, 2008), na área onde hoje está situada a cidade, foi motivado pelo alto valor do açúcar no mercado internacional e incentivado por medidas protecionistas do governo local (a cada engenho erguido, dez anos de isenção de impostos). Esses engenhos possuíam grande poder político e econômico no Estado. Com a concorrência imposta pelos holandeses

nas Antilhas, a hegemonia de principal produtor de açúcar ficou altamente comprometida, estabelecendo-se uma grave crise no setor açucareiro no país. Para atender às exigências do mercado, surgem as primeiras usinas, para o fabrico do açúcar centrifugado, mudando completamente a paisagem social dos engenhos. O homem do eito desaparece e, com ele, toda a vida social dos engenhos (DIAS 2011). Foram poucos os engenhos banguês que conseguiram sobreviver até a segunda metade do século XX.(GASPARG, Lúcia. Usinas de Açúcar de Pernambuco).

Entre os engenhos pertencentes a Escada, Jundiá, foi o que mais recebeu ações em prol do seu tombamento, acredita-se, por se tratar do engenho onde nasceu um dos ícone, da arte moderna brasileira, o pintor Cícero Dias, considerado pelo crítico de arte Nahima Maciel (Correio Brasiliense 01/02/2003), como o mais importante transfigurador da mitologia da sociedade açucareira do Nordeste do início do século XX”. Todo esse valor histórico, artístico e cultural atribuído a esse engenho, não foi suficiente para impedir que o conjunto arquitetônico chegasse às ruínas.

2.1 AS VÁRIAS AÇÕES EMPREENDIDAS COM VISTA NO TOMBAMENTO DO ENGENHO JUNDIÁ

O reconhecimento por parte da classe artística, dos intelectuais e cidadãos escadenses, da importância do Engenho Jundiá como símbolo de representação social, histórico, artístico, cultural e econômico, é verificado pelas ações movidas em prol do seu tombamento. Do poeta e escritor Cesar Leal, amigo de longas datas de Cícero Dias, veio um artigo publicado no Diário de Pernambuco (24/06/2000) abordando a importância do Engenho Jundiá, em que solicita providências ao Conselho Estadual de Cultura. Dessa ação resultou o encaminhamento do ofício nº 59/2000 CEC (Conselho Estadual de Cultura) pelo Presidente, Fernando de Mello Freyre, em 04/07/2000 ao Secretário de Cultura de Pernambuco, Sr. Carlos Garcia, solicitando-lhe o envio de técnicos da Fundarpe ao local. Verificou-se nos arquivos deste órgão que a visita foi realizada (28/08/2001), mas o porquê de ter sido indeferido o pedido não se sabe. Em 2007 a exposição Cícero Dias: A cidadania vista pela lente da memória (Selma Coelho), inaugurada no Centro de Ensino Experimental Cícero Dias, em Recife, que contou com a presença de Raymond e Sylvia Dias no dia da abertura, também visava o tombamento de Jundiá.

Em Memória do Social (1986) o filósofo e sociólogo francês, Henri-Pierre Jeudy, argumenta que, quando símbolos culturais importantes são demolidos, a cidade perde referências fundamentais que prejudicam definitivamente a compreensão de seu passado e, conseqüentemente, perde a consciência histórica do presente; e ainda afirma que “o espaço patrimonial se inscreve nos lugares, nos monumentos que oferecem representações fortes, públicas e coletivas do Patrimônio.”

Segundo Geraldo Gomes (Engenho & Arquitetura, 1998, p.23), os engenhos eram construídos mediante condições ideais de localização, levando-se em consideração a proximidade de água corrente e perene, o tipo de solo, a proximidade de matas e a distância dos índios.

O edifício onde se moía a cana e o seu caldo era cozinhado, era denominado de engenho, também chamado de fábrica ou de moita. Com o tempo, o nome engenho passou a se referir a toda propriedade.

“A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social e político (FREYRE, 1958). De acordo com Cícero Dias, existiam nessas casas-grandes,

verdadeiras salas de jogos, ali apareciam para jogar Cónsules e gerentes de companhias estrangeiras. A casa-grande com seus numerosos cômodos hospedava seus convidados. Uma mesa farta e os aparadores, mobiliários, que guardavam os cristais, porcelanas, louças e faianças, tudo o que havia de melhor para servir os banquetes de extraordinárias iguarias. (DIAS, 2011)

Em recente visita ao Engenho Jundiá, constatou-se que não havia mais o arruado de casas, onde morava o cineiro (DIAS, 2011), ao lado da Capela de São José, onde Cícero Dias fez a primeira comunhão aos oito anos de idade, com registro fotográfica de Louis Piereck, (Coleção Francisco Rodrigues, Fundação Joaquim Nabuco), dando lugar ao plantio de cana-de-açúcar.

Escada, localizada na Mata Sul de Pernambuco, a poucos quilômetros da capital, com população de 66 907 habitantes (IBGE/2014), possui um território de (Km²) 342,201 e altitude de 109m num clima tropical. O município foi primitivamente uma aldeia de índios das tribos Petiguares, Tabujarés e Mariquitos. A presença portuguesa, na Aldeia da Escada, remonta a fins do século XVI, quando religiosos franciscanos fundaram entre os Caetés uma missão (Silva, Edson Hely, 1998).

Verifica-se que o surgimento de tantos engenhos de cana-de-açúcar, 66 (MINDUCA, 2008), foi motivado pelo alto valor do açúcar no mercado internacional e incentivado por medidas protecionistas do governo local (a cada engenho erguido, dez anos de isenção de impostos). Esses engenhos possuíam grande poder político e econômico no Estado. Com a concorrência imposta pelos holandeses nas Antilhas, a hegemonia de principal produtor de açúcar ficou altamente comprometida estabelecendo-se uma grave crise no setor açucareiro no país. Para atender às exigências do mercado, surgem as primeiras usinas, para o fabrico do açúcar centrifugado, mudando completamente a paisagem social dos engenhos. O homem do eito desaparece e, com ele, toda a vida social dos engenhos (Dias 2011). Foram poucos os engenhos banguês que conseguiram sobreviver até a segunda metade do século XX.(GASPAR, Lúcia. Usinas de Açúcar de Pernambuco, 199).

Entre os engenhos pertencentes a Escada, Jundiá, foi o engenho que recebeu o maior número de ações em prol do seu tombamento, por se tratar do engenho onde nasceu um dos ícones da arte moderna brasileira, o pintor Cícero Dias, considerado pelo crítico de arte Nahima Maciel (Correio Brasiliense 01/02/2003), o mais importante transfigurador da mitologia da sociedade açucareira do Nordeste do início do século XX”. A casa, atualmente, encontra-se em ruínas, apesar das várias ações visando o seu tombamento.

Do poeta Cesar Leal, amigo de Dias, um artigo publicado no Diário de Pernambuco (24/06/2000) abordando a importância do Engenho Jundiá, onde solicita providências ao Conselho Estadual de Cultura. Dessa ação resultou o encaminhamento do ofício nº 59/2000 CEC (Conselho Estadual de Cultura) pelo Presidente, Fernando de Mello Freyre, em 04/07/2000 ao Secretário de Cultura de Pernambuco, Sr. Carlos Garcia, solicitando do mesmo o envio de técnicos da Fundarpe ao local. Verificou-se nos arquivos deste órgão que a visita foi realizada (28/08/2001), mas o porquê de ter sido indeferido o pedido, não se sabe. Em 2007 a exposição Cícero Dias: A cidadania vista pela lente da memória que visava o tombamento de Jundiá , contou com a presença de Raymond e Sylvia Dias.

Para Jeudy, quando símbolos culturais importantes são demolidos, a cidade perde referências fundamentais que prejudicam definitivamente a compreensão de seu passado e, conseqüentemente, ela perde a consciência histórica do presente. Ainda afirma que “o espaço

patrimonial se inscreve nos lugares, nos monumentos que oferecem representações fortes, públicas e coletivas do Patrimônio.”

Segundo Geraldo Gomes (Engenho & Arquitetura, 1998, p. 23) os engenhos eram construídos mediante condições ideais de localização; levando-se em consideração a proximidade de água corrente e perene, o tipo de solo, a proximidade de matas e a distância dos índios.

O edifício onde se moía a cana e o seu caldo era cozinhado, a esse lugar era dado o nome de engenho, também chamado de fábrica ou de moita com o tempo, o nome engenho passou a denominar toda propriedade.

Outra particularidade que compunha a paisagem social nesses engenhos era o meio de transporte, os carros de cavalo eram de um grande luxo, o senhor de engenho, por vaidade, procurava possuir o carro mais requintado possível, de fabricação francesa ou inglesa, tinham um acabamento técnico finíssimo, com lanternas de prata, forro quase e seda e arreios sofisticados (Dias, Cícero, 2011) A maioria dos produtos era importado, vinha do estrangeiro, principalmente da França.

As leis brasileiras, em matéria de preservação patrimonial, são severas e avançadas, mas o problema está em que não são cumpridas a risca, por pressões políticas e econômicas, afirma Anne Marie Pessis(FUMDHAMENTOS – V, 2007) Isso podemos constatar em novembro de 2016, quando acompanhamos o caso em que o Ministro da Cultura, Marcelo Calero, em entrevista à Folha (19/11/16), acusa o ministro Geddel Vieira Lima (Governo Temer) de tê-lo pressionado a produzir um parecer favorável à liberação da obra de prédio de 30 andares, na Bahia, em área tombada, sujeita a regramento especial.

Concluimos este constatando que existe hoje uma gama de diretrizes gerais das políticas públicas nas áreas de Preservação do Patrimônio e da Cultura no país, restando a necessidade da criação das ferramentas de gestão e o empoderamento de gestores públicos, além do envolvimento nesse processo de localidades e comunidades.

3 A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os mundos sociais apresentam fronteiras e limites fluídos e são atravessados, como já vimos, por lutas e debates internos permanentes (Capítulo 1), definindo-se como ordens sociais negociadas (Strauss,1978. P.513.).

Sobre este tema, alguns relatos de atuações dos atores sociais já foram apresentados no capítulo 1, e, embora as ações não tenham alcançado o objetivo a que se propunham, ou seja, mudar a realidade de degradação do patrimônio cultural local, percebe-se que existe entre os atores sociais uma energia para continuar a luta.

Os mundos sociais fornecem as condições contextuais para a ação e para o significado imediato, apresentando-se como formas de ação coletiva (Clarke,1991;Nunes, 1996; Strauss,1993). Uma definição de mundos sociais é dada por Adele Clarke como “grupos com compromissos (commitments) partilhados em relação a certas atividades, partilhando recursos de vários tipos para atingirem os seus objetivos e construindo ideologias partilhadas de como continuarem as suas atividades” (1991:131). Se a subjetividade se constrói socialmente, a resistência ou até o abandono da luta é sempre possível. A busca da permanência identitária é um fato, mesmo que esta seja mais uma percepção subjetiva ou imaginada do que real (Strauss,1959:144).

É importante lembrar que existem outros suportes para se agregar a luta, como por exemplo os órgãos e instituições que podem ajudar na consolidação da preservação do patrimônio histórico e artístico local. Há os Conselhos de Defesa do Patrimônio, órgãos colegiados de assessoramento, integrantes da estrutura públicas em níveis municipal, estadual ou federal, compostos por representantes dos diversos segmentos da sociedade, tendo como foco a preservação de bens de valor histórico-cultural. O Ministério Público pode ajudar a preservar o patrimônio histórico, paisagístico e cultural de determinados municípios, quando, em alguns casos, particularmente na ausência de lei municipal específica, o Promotor de Justiça, ouvindo também especialistas da área, é acionado pela população ou por aquele indivíduo ou entidade interessada que pretendam evitar destruição iminente e determinar a preservação do patrimônio cultural.

4 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE ALFABETIZAÇÃO CULTURAL

A implementação de políticas públicas de salvaguarda e de preservação do patrimônio histórico tem a ver com o processo educativo dos atores sociais de uma comunidade. Para que se estruture um diálogo entre as esferas pública de poder, a partir de uma atitude da população que vá além do admirar o patrimônio cultural arquitetônico e lhe permita compreender os conjuntos dos ambientes arquitetônicos, culturais e históricos presentes no município. Quando o sujeito se reconhece dentro da sua própria história, há o empoderamento dos atores sociais e se forma a consciência da defesa de sua identidade e do seu patrimônio cultural.

A educação patrimonial inclusiva funciona como instrumento de cidadania e de alfabetização cultural, pois consegue elevar a capacidade dos atores políticos, fazendo-os compreender as instituições políticas e as pressionando no sentido de uma ação mais eficiente e participativa, com benefícios à população.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional analisando o conteúdo histórico de forma crítica, promovendo a capacidade de reconstruir modelos explicativos do universo cultural através de lógicas diferenciadas, tendo como centro o Patrimônio Cultural (material e imaterial) como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Com o estímulo à experiência do contato direto com as evidências e manifestações da cultura em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, apropriação e valorização da sua herança cultural.

Importa aprender como o patrimônio cultural se formou e por que se formou, a quem ele serve e por que, ou seja, conhecer os instrumentos da sua constituição. O que fará dos cidadãos sujeitos efetivos de sua história. Refletir sobre o universo cultural; mobilizar saberes, habilidades e inteligências para questionar a memória instituída e a produção de esquecimentos. Mas isso não é tudo. Importa também exercitar a competência de intervir de forma ativa no processo de seleção, conservação e preservação (ANPUH/RS, 2010, p. 33.34.).

A educação patrimonial, conforme conceituada pela museóloga Maria de Lourdes Hortas, trata-se de "um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido". Portanto, a educação patrimonial pode ser entendida

como uma proposta interdisciplinar de ensino que tem o patrimônio cultural como objeto de conhecimento.

A educação voltada para o Patrimônio pode ser desenvolvida, inclusive, no início do processo escolar, pois os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil trazem como um dos temas de trabalho o eixo “organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar”. São os momentos iniciais, quando a criança começa a se perceber como sujeito histórico em uma sociedade em constante transformação. O ensino nesta fase deve superar a mera comemoração de datas cívicas, devendo ser criadas situações de explicação do mundo social, pois a partir, principalmente, do convívio com a comunidade e suas manifestações culturais se inicia o processo de formação da identidade (CRUZ, 2006, p.14).

Trabalhar educacionalmente com o Patrimônio Cultural não pode ser, apenas, uma tarefa de passagem de informações, como muitas vezes ocorre, mas levar o aluno no processo de conhecimento, a identificar os ‘signos’ e os significados atribuídos às coisas por uma determinada cultura, a mergulhar no universo de sentidos e correlações que elas oferecem à descoberta, a procurar entender a ‘linguagem cultural’ específica utilizada naquelas manifestações e, finalmente, a envolver-se efetivamente com elas. Dessa forma o princípio fundamental na Educação Patrimonial é tomar os bens culturais como fonte primária de um trabalho de ativação da memória social (HORTA, 2000, p.30-35).

Por fim, entendemos que, a perda do patrimônio cultural está ligada a vários fatores, inclusive, à falta de informação e ao desconhecimento da história e da cultura de seu povo.

Buscamos, em seguida, apresentar a definição de alguns importantes termos relacionados ao tema proposto por este trabalho, tais como: identidade, construção identitária, memória e patrimônio.

As identidades são criadas a partir dos discursos e das vivências dos indivíduos. Neste sentido, o termo identidade, segundo Stuart Hall: “funciona como articulador, como ponto de ligação, por um lado, entre os discursos e as práticas que procuram interpelar-nos, falar-nos ou colocar-nos no nosso lugar enquanto sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem a subjetividade, que nos constroem como sujeitos que podem falar e ser falados, Mendes (1996:5)1. p. 490.

A identidade social, segundo Mendes (2001), “é um cruzamento de atributos pessoais e estruturais, uma categorização derivada dos contextos sociais onde decorre a interação social. P.500. E, nesta mesma perspectiva, como acrescenta Goffman: “se a identidade de ego se define como o que o indivíduo deve pensar de si, ela processa-se

e constrói-se pela pressão dos grupos a que o indivíduo pertence (in-group) e àqueles com quem os últimos interagem (out-group). E conclui que “[...] a natureza de um indivíduo, como ele e nós a imputamos, é gerada a partir da natureza das suas filiações de grupo.” (1963:113). p.502.

Para Elsa Peralta ‘A construção da identidade é precisamente um processo que se leva a cabo em contraste dialógico com os demais; uma operação baseada no jogo de semelhanças e diferenças, um processo contínuo de formação e transformações’. (Patrimônios e Identidades: Ficções contemporâneas, p. 16)

Neste sentido então, a produção e reprodução das identidades sociais processa-se em contextos sociais fortemente estruturados, a partir do próprio fenômeno da construção identitária.

No processo de construção identitária parece ser relevante também a equação permanente entre raízes e opções, como a definiu Boaventura de Sousa Santos (1998, 1996). Enquanto o pensamento das raízes é o pensamento de tudo o que é profundo, permanente, único e singular, que dá segurança e consistência, o pensamento de opções é de tudo o que é variável, efêmero, substituível, possível e indeterminado a partir das raízes (1996:9). As raízes são entidades de grande escala enquanto as opções são entidades de pequena escala.

E como definir a Memória, já que este é um termo diretamente vinculado ao tema. Em uma abordagem antropológica da memória (1996), o antropólogo francês Joel Candau estabelece uma classificação taxiológica de sua dimensão individual em três níveis:

- 1) memória de baixo nível ou protomemória, composta pelo saber e pela experiência mais profundos e mais compartilhados pelos membros de uma sociedade e que se inserem na categoria de memória procedimental (repetitiva ou hábito) de Bérghson, socialmente compartilhada e fruto das primeiras socializações;
- 2) memória de alto nível ou memória de lembranças (ou de reconhecimento), que incorpora vivências, saberes, crenças, sentimentos e sensações, podendo contar com extensões artificiais ou suportes de memória; e
- 3) a metamemória, ou seja, tanto a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, quanto aquilo que fala sobre ela, em uma dinâmica de ligação entre o indivíduo e seu passado, como uma memória reivindicada.

E nesse sentido, Pierre Nora diferencia memória e história. De acordo com o autor, enquanto a memória se apresenta enquanto vida, visto que levada adiante por grupos vivos, encontrando-se em “permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p.9), a história apresenta-se enquanto “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (ibid, p. 9). Deste modo, o autor conclui que “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado” (ibid, p. 9).

Buscamos em Xerardo Pérez (2003) a compreensão de Patrimônio. Para ele, os processos de recuperação e conservação do patrimônio cultural se definem com as seguintes contribuições:

a) Tradicionalista ou folclorista. O patrimônio cultural é aqui reduzido a um conjunto de bens materiais e imateriais que representam a cultura popular pré-industrial. A sua visão é historicista, pois considera-se o patrimônio cultural como objeto e relicário do passado, mas também é conservacionista, pois pensa que o fim último do patrimônio cultural deve ser sempre a sua conservação, independentemente do seu uso atual. Os critérios de preservação de artefatos e edifícios do passado devem ser os de época e beleza.

b) Construtivista (Prats, 1998). O patrimônio cultural é entendido como fruto de um processo de construção social, isto é, segundo as épocas e os grupos sociais, valorizam-se e legitimam-se uns bens patrimoniais e não outros. Por exemplo, no caso do Brasil, há uma tendência para não patrimonializar o legado africano e indígena, nem o dos subalternos (Funari, 2001). Nesta perspectiva, o patrimônio cultural é entendido como uma representação simbólica da identidade, mas também em muitas ocasiões como sinônimo de cultura.

c) Patrimonialista (Rodríguez 1997). O patrimônio cultural é a recuperação do passado a partir de uma perspectiva presente, para explicar a mudança dos modos de vida. O patrimônio cultural está integrado por elementos culturais que adquirem um novo valor, através de um processo de “patrimonialização”, porém não é o mesmo que a noção de cultura. Poderíamos dizer que é uma intervenção na cultura. Os bens patrimoniais representam formas de vida de um grupo humano no tempo.

d) Produtivista (Ashworth, 1994). O patrimônio cultural é entendido por esta posição como um recurso para o turismo cultural e outras atividades econômicas. Esta postura considera o patrimônio cultural como uma mercadoria que deve satisfazer ao consumo contemporâneo, daí a necessidade de um processo de interpretação que converta recursos em produtos ou mercadorias necessárias para o funcionamento de um sistema de produção pós-industrial. Esta atitude segue o critério do consumo e da procura, utilizando o patrimônio cultural como representação das identidades culturais. Presta, porém, pouca atenção aos riscos da sobre-exploração turística.

e) Participacionista (García Canclini, 1999 b). Nesta perspectiva de abordagem, a recuperação e a conservação do patrimônio cultural deve pôr-se em relação com as necessidades sociais presentes e com um processo democrático de seleção do que se conserva. Também devem estar ligadas à participação social com o objetivo de evitar a monumentalização e a “coisificação” de

objetos, isto é, é muito importante pensar primeiro nas pessoas e logo nos bens culturais. O participacionismo defende uma política do patrimônio cultural de opções claras: primeiro, o artesanato, depois, o artesanato; e, paralelamente, locais com turistas, em vez de locais turísticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos constatar nesta pesquisa que os instrumentos jurídicos não garantem a proteção do patrimônio cultural, apesar das leis brasileiras, em matéria de preservação patrimonial, serem severas e avançadas. O problema está, como afirma Anne Marie Pessis (Patrimônio e Cidadania, p 2.), em que não são cumpridas à risca, por pressões políticas e econômicas. Concluimos que se não houver a atuação constante dos atores sociais cobrando e fiscalizando no dia a dia, as políticas públicas por si só, não sairão do papel. Chegamos à conclusão também, que a falta de informação dos gestores e o desconhecimento da história tem agravado muito os problemas de destruição do patrimônio.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. da (orgs). Turismo: Espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 25-37.

CRUZ, Gisele Della. Fundamentos Teóricos das Ciências Humanas. Curitiba: IESDE, 2006.
FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala, José Olimpo. 1958, p. 22-31.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999, p. 6 (grifos no original)

JEUDY, Henri-Pierre: Liberdade da Memória, in: Revista Projeto, “Arquitetura na Revista

JEUDY, Henri-Pierre. Memórias do social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

MACHADO, Maria Beatriz; MONTEIRO, Katani do Nascimento. Patrimônio, identidade e cidadania: reflexões sobre Educação Patrimonial. In BARROSO, Vera Lucia et. al. Ensino de História – Desafios Contemporâneos. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2010, p. 33.34.

MELO, Denise Madsen. Patrimônio e Planejamento Urbano. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, v.6, n.6, p. 7-44, dez. 1998.

MENDES, José Manuel. O desafio das Identidades. In: BOAVENTURA de Sousa Santos (org.). Globalização. Fatalidade ou utopia? Porto: Afrontamento, 2001, p.489-523.

MENICONI, Rodrigo. A questão do Patrimônio: Arquitetura, memória e gestão da cidade. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 4 no 1 – 2011.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO: COMO E POR QUE MINDUCA, José Luís. Escada, riqueza de Pernambuco. Gráfica & Editora Sousa, p.30

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História , 10.História e Cultura: São Paulo – PUC/SP, 1993.

PARENT, Michel. O futuro do patrimônio arquitetônico. Revista do IPHAN, Rio de Janeiro, n.19,1984.Projeto” (1980 a 1985). Identidade-Memórias-Não Lugares, orientado por Júlio R. Katinsky e defendido na FAUUSP em SET 2003

PERALTA, Elsa e Marta Anico (organizadoras). Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas . CELTA EDITORA, 2005

PRESERVAR Grupo de Trabalho. Patrimônio Histórico e Arquitetônico - 2008 Crea-SP - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo 3ª edição.

RODRIGUES, Donizete. Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica.

SILVA, Maria Da Glória Lanci. Cidades Turísticas: Identidades e Cenários de Lazer. São Paulo: Aleph, 2004. (Série Turismo).

XERARDO, Pereiro Pérez , Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. -Pereiro Pérez, X. (2003): “Patrimonialização e transformação das identidades culturais”, em Portela, J. e Castro Caldas, J. (coords.): Portugal Chão. Oeiras: Celta editora, pp. 231-247.

SITES CONSULTADOS

IPHAN - <http://portal.iphan.gov.br>

CICOP - <http://www.cicop.com>

REVISTATURISMO - <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/patrimoniocultural.html>

UNESCO - <http://www.unesco.org.br>

ICOMOS - <http://www.icomos.org>

CONDEPHAAT- <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC>

ICOMOS/BRASIL - <http://br.groups.yahoo.com/group/icomos-brasil>